

Quando chegará a vez do Saneamento?

*Por Cecy Oliveira **

De tempos em tempos o setor de Saneamento se agita diante da perspectiva de que uma nova lei de diretrizes coloque-o entre as prioridades governamentais (seja da área federal, dos Estados ou dos Municípios) e da sociedade. Sucodem-se reuniões e debates e logo definem-se dois lados: o do universo das companhias de saneamento e o dos serviços municipais.

As garras se afiam, as provocações ganham as manchetes, arregimentam-se soldados, de um lado e do outro. A guerra se trava e entre mortos e feridos salvam-se todos. Os únicos que sucumbem, mais uma vez, são o próprio setor - que volta ao ostracismo - e aqueles que continuam a esperar por serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos.

E não se pode esquecer dos nossos mananciais hídricos que continuarão ainda por muito tempo recebendo correntes poluidoras dos esgotos domésticos de milhões brasileiros que vivem em milhares de municípios pelo país afora e que continuam, impunemente, jogando os esgotos sem tratamento nos rios onde um pouco adiante é captada a água para o abastecimento.

Nem mesmo os novos números do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgados pela Unesco e que deixam evidente a relação direta entre a falta de saneamento - ou seja, da ausência de serviços eficientes de água e esgoto - com os baixos índices de desenvolvimento humano parecem comover aqueles - de um lado e de outro - que deveriam estar buscando uma fórmula conciliatória que aperfeiçoe o funcionamento atual dos serviços e propicie condições de melhorias substanciais, sobretudo no atendimento dos "sem água" e dos "sem esgoto", já que está na moda falar dos "sem".

O que prevalece é a guerra surda pelo "poder concedente". Os serviços municipais querendo a primazia do modelo municipalista para todo o país, como se um continente - com diferenciais regionais de clima, geografia e cultura - pudesse caber em um só modelo. As companhias de saneamento, pelo menos algumas delas, continuam agindo como viúvas inconsoláveis do Planasa, sem se dar conta de que o país mudou nos últimos 20 anos. E os governos federais - em sua gestão anterior e na atual - esmerando-se em formulações mirabolantes que em lugar de promover o entendimento e a cooperação - como manda a Constituição - promovem a discórdia e o desentendimento.

Enquanto isto o que se vê, no dia-a-dia do país, é uma realidade cruel de dezenas de crianças enchendo hospitais e vidas extintas sem nem sequer desabrochar, vítimas de doenças tão banais como a diarreia e tão fáceis de prevenir - apenas com a oferta de água tratada e serviços de esgotos - que chega a estarrecer.

Enquanto isto o que se vê, no dia-a-dia do país, são milhões de brasileiros, cujo sistema de abastecimento é o balde, carregado por mulheres e crianças, principalmente, vivendo em subcasas, com esgoto correndo a céu aberto, num submundo, em condições subumanas.

As perguntas que não querem calar são estas:

1. Por que é tão difícil o entendimento se todos concordam com os objetivos e metas a alcançar?
2. Por que a maioria dos políticos - de vereadores a deputados, de prefeitos a governadores, de ministros e presidentes - são tão míopes a ponto de não dar a esse setor a importância que ele merece?
3. Por que as empresas e os técnicos e especialistas que trabalham na área são tão pouco presentes nas discussões "políticas" embora sejam tão participantes das discussões técnicas?
4. Por que a população valoriza tão pouco ou não se faz ouvir com mais veemência nesta discussão?
5. Por que as associações científicas, tão eficientes na realização de seus congressos e simpósios, continuam, em cima do muro na busca de uma solução para esse impasse?
6. Por que todos eles juntos não defendem prioridade ao setor, recursos sem contingenciamento, alíquotas mais baixas de impostos como PIS e Cofins - que até o setor financeiro e os fabricantes de agrotóxicos conseguem - para que o dinheiro gerado no setor seja investido em seu crescimento?

Cecy Oliveira é Editora do Site AguaOnline (www.aguaonline.com.br) e Coordenadora do Núcleo de Estudos do Projeto BECE sobre Redes do Setor de Saneamento e Recursos Hídricos email: (cecyl@aguaonline.com.br)

" (...) Nem mesmo os novos números do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgados pela Unesco e que deixam evidente a relação direta entre a falta de saneamento - ou seja, da ausência de serviços eficientes de água e esgoto - com os baixos índices de desenvolvimento humano parecem comover aqueles - de um lado e de outro - que deveriam estar buscando uma fórmula conciliatória que aperfeiçoe o funcionamento atual dos serviços e propicie condições de melhorias substanciais, sobretudo no atendimento dos "sem água" e dos "sem esgoto", já que está na moda falar dos "sem". (...)"

Enquanto isto o que se vê, no dia-a-dia do país, é uma realidade cruel de dezenas de crianças enchendo hospitais e vidas extintas sem nem sequer desabrochar, vítimas de doenças tão banais como a diarreia e tão fáceis de prevenir - apenas com a oferta de água tratada e serviços de esgotos - que chega a estarrecer. Enquanto isto o que se vê, no dia-a-dia do país, são milhões de brasileiros, cujo sistema de abastecimento é o balde, carregado por mulheres e crianças, principalmente, vivendo em subcasas, com esgoto correndo a céu aberto, num submundo, em condições subumanas. (...)"

www.aguaonline.com.br

Por que é tão difícil encontrar uma solução?

O nó do saneamento

Luis Nassif

É curioso o que ocorre com a questão do saneamento no país. Como diz o presidente da Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), Vitor Bertini, até alguns anos atrás não havia demandas de políticos para esgoto tratado. Hoje há fila. Ou seja, o saneamento, finalmente, entrou na agenda do país. Prova é que, finalmente, tem um endereço, no Ministério das Cidades. Mais. Existem formas modernas de financiamento, agentes privados disponíveis, associações representando os diversos agentes.

Todo o nó do saneamento reside em um embate político entre estados e municípios, que necessitará ser arbitrado.

Implantado nos anos 70, o Planasa foi amplamente bem sucedido, permitindo estender a água tratada a praticamente todo o país. Era fundado em grandes companhias estaduais, com os municípios praticamente sendo instados a aderir a elas. Houve poucos casos de municípios independentes, que resolveram cuidar da sua própria água. O modelo esgotou-se nos anos 90 pela politização das estaduais, por problemas de gestão, pela falta de recursos para levar a universalização ao esgoto tratado e por um embate federativo.

Houve uma reação dos municípios ao que consideravam estilo autocrático das estaduais. Houve a radicalização em torno da questão da titularidade, com estados e municípios disputando a primazia, e deixando para segundo plano o que interessava: a universalização dos serviços.

Hoje em dia há 27 empresas estaduais de saneamento, 2/3 das quais são operacionalmente deficitárias. Há poucas bem geridas, como é o caso da Sabesp, em São Paulo, e Sanepar, no Paraná. Algumas delas têm ampla governança em relação ao mercado. Mas não existe governança em relação aos municípios. Reside aí o nó central a ser desatado para o modelo embalar.

Cada empresa tem sua lógica econômica própria e, ao mesmo tempo, responsabilidades com a universalização. Universalizar significa cobrar mais de quem pode mais, para cobrar menos de quem pode menos. Existe uma equação econômica que consiga conciliar os dois objetivos: dar lucro (para poder atrair investimento) e cumprir a função social.

As estaduais não querem dividir esse planejamento com os municípios, por julgar que, se cada qual puxar a brasa para a sua sardinha, a lógica econômica das companhias ficaria comprometida. Por sua vez, os municípios querem poder opinar inclusive sobre os investimentos efetuados em sua área de atribuição. As estaduais têm razão em querer preservar sua lógica econômica. Não têm razão quando se fecham a qualquer

forma de ingerência dos municípios.

Os municípios tem razão em pretender uma participação mais efetiva no planejamento de investimento das estaduais. Não têm razão quando interferem na lógica econômica-financeira das estaduais. A radicalização chegou até o Ministério das Cidades, que apresentou um projeto de lei para saneamento que tira completamente o poder das estaduais e remete para consórcios de municípios, sem definir claramente sua forma de atuação, as formas de indenização dos ativos das estaduais e tudo o mais.

Ao contrário do Sistema Único de Saúde (SUS), o saneamento não pode ser tratado de forma isolada. As cidades estão interligadas por bacias hidrográficas ou por fronteiras estaduais. Por outro lado, não há mais espaço para o poder absoluto das companhias estaduais.

No fundo, existe um grande problema de falta de prática democrática e federativa. O único modelo factível é aquele que junte todas as pontas. E isso significara cada parte ter a grandeza de abrir mão de uma parte de seus interesses.

Fonte: Projeto Brasil